

História e cultura afro-brasileira e africana: compreensões de professores da Educação Básica

Waldemar Borges de Oliveira Júnior¹

RESUMO: O objetivo desse trabalho é analisar as concepções de alguns professores da Educação Básica, sobre suas percepções, a respeito da implementação da Lei nº 10.639/2003, na qual torna obrigatória, a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Brasileira. Para a coleta de dados, realizou-se pesquisas bibliográficas e aplicação de entrevistas semiestruturadas com 3 professores da Educação Básica, sendo um docente da disciplina de Ciências, um de Matemática e um Pedagogo. Os resultados indicam que os professores pouco têm escutado falar sobre o papel da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar. Percebeu-se ainda na investigação, que todos não se sentem preparados para trabalhar a temática, justificando que durante sua formação inicial não tiveram nenhuma disciplina que trabalhava a História da Cultura Afro-brasileira e Africana. Conclui-se que há necessidade de se trabalhar a formação inicial e continuada de professores, na qual esses futuros docentes saiam com uma visão ampla acerca da temática das relações étnico-raciais e a História da África. A pesquisa revelou também que é importante uma ação conjunta nas Escolas e entre as Escolas e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, para proporcionar debates, palestras e minicursos sobre as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para poder inviabilizar as práticas discriminatórias e estereotipadas que já são cristalizadas, em relação ao negro na Escola.

PALAVRAS-CHAVE: Concepções docentes; História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Educação Básica.

1- Introdução

¹ Mestre em Docência em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática - Instituto de Educação Matemática e Científica -Universidade Federal do Pará. Atualmente é Coordenador Local do Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR) do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (UFPA/Cametá), e-mail: waldemarjuniorcn@gmail.com

Uma das questões principais para a sobrevivência, produção e reprodução do comportamento racista brasileiro refere-se ao processo de construção da história e identidade nacional, que invisibilizou grupos não hegemônicos e vozes dissonantes da aparente harmonia da convivência entre os diversos grupos formadores do povo brasileiro (MUNANGA, 2004).

A construção dessa história e dessa identidade nacional, cometida a despeito da população negra, conformou a educação nacional e seu currículo, reforçando a exclusão da população negra de espaços de representatividade, visibilidade e poder. Estes e outros fatos históricos sociais são fomentos para instigar o racismo na cultura nacional.

A fim de combater essa prática, foi estabelecida a Lei nº 10.639/2003², a qual tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Brasileira.

“o conteúdo programático a que se refere à temática incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2004, p. 35).

Para Paula e Guimarães (2014) e Gomes (2011) as disposições legais instituídas pela legislação, foram adotadas, no Brasil, iniciativas que visam à formação continuada dos professores da educação básica para os desafios estabelecidos às suas práticas profissionais a partir da vigência da lei. Essas ações nem sempre são acompanhadas de uma reflexão acerca das suas implicações potencializadoras de uma produção de natureza teórico-científica sobre a formação continuada dos professores com foco nessa temática específico.

A Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da criação de projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Sugere a inclusão da temática nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos planos Estaduais e Municipais, na gestão da Escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente (GOMES et al, 2006). Dessa maneira, realizar parcerias com todos os setores responsáveis pelo setor educacional, torna-se essencial na formação de professores e alunos, percebam a História da Cultura Afro-brasileira e Africana de forma ampla, e não

² Após promulgação da Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica, na qual teve suas respectivas formas de regulamentação (o Parecer CNE/CP 03/2004 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituído pela Resolução CNE/CP 01/2004), a lei favorece o reconhecimento e a valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, principalmente no setor educacional (COELHO E COELHO, 2013).

distorcidas e estereotipadas, como ainda se presencia dentro do universo escolar.

Silva (2007, p. 08) expõe:

A Lei 10.639 de 2003 e suas respectivas formas de regulamentação (resolução CNE/CP 01/2004 e parecer CNE/CP 03/2004) vinculam-se à garantia do direito à educação. Elas o requalificam incluindo neste o direito à diferença. A sua efetivação como política pública em educação vem percorrendo um caminho tenso e complexo, no Brasil. É possível perceber o seu potencial indutor e realizador de programas e ações direcionados à sustentação de políticas de direito e de reforço às questões raciais em uma perspectiva mais ampla e inclusiva (SILVA, 2007).

Coelho (2007) afirma ainda, que a escola deveria colaborar para que princípios constitucionais de igualdade fossem efetivados, mediante ações em que a escola trabalharia com questões da diversidade cultural e étnico-racial de forma clara, indicando a necessidade de se conhecer e considerar a cultura dos diversos grupos étnicos. Assim, de acordo com a autora, os alunos poderiam perceber e compreender que a História da Cultura Afro-brasileira e Africana, são questões que nos ajuda a entender a história do nosso país.

Olivar (2009) destaca ainda, que os silêncios acerca da história da África assim como sua cultura de modo geral encontram-se de forma distorcida nos bancos escolares brasileiros, que ao seu entender são frutos de uma percepção eurocêntrica e parcial da trajetória histórica da humanidade. Para o autor, quem olha para os currículos escolares da educação básica (salva raras exceções), não vê a presença negra, seja no livro didático, nos projetos educacionais ou nas aulas dos docentes, ou seja, o currículo da educação básica é eurocêntrico.

Dessa forma, a escola necessita com urgência reformular seus conteúdos e projeto político pedagógico e problematizar a questão do negro no contexto escolar, possibilitando aos estudantes a conhecerem sobre a diversidade cultural que existe no Brasil. O papel do docente seja de qualquer área do conhecimento é fundamental, mas este profissional deve possuir informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para contribuir com a superação do preconceito e discriminação.

De acordo com o exposto acima, essa investigação tem como objetivo principal, em analisar as concepções de alguns professores da Educação Básica, sobre suas compreensões, a respeito da implementação da Lei nº 10.639/2003, na qual torna obrigatória, a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Brasileira.

2- Percursos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida com 3 Professores da educação básica, sendo um da área de Ciências (Professor de Ciências - PC, 2018), Matemática (Professor de Matemática - PM, 2018) e Pedagogia (Professor Pedagogo - PP, 2018). Identificados nas referidas siglas para manter o anonimato de suas identidades. Foram feitos levantamento bibliográfico em livros, artigos e dissertações, com o intuito de buscar nesses canais de conhecimentos fundamentação teóricos para melhor análise aos questionamentos apresentados aos professores em entrevista semiestruturada.

O desenvolvimento do trabalho se deu de forma qualitativa, uma vez que enfatiza a construção de dados descritivos e a preocupação com o processo de construção dos dados (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Além disso, foi através das entrevistas semiestruturadas (gravadas em áudio) que se buscou alcançar o objetivo proposto, sobre as concepções dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003. Contudo, antes de iniciar a entrevista, foram prestados os devidos esclarecimentos aos professores, mencionando o objetivo da pesquisa e sua importância para se pensar os próximos passos no que diz respeito às suas opiniões sobre as relações étnico-raciais na educação básica.

O quadro abaixo mostra as principais perguntas da entrevista realizada com os três professores que participação da investigação.

Quadro 1: Principais perguntas feitas aos professores entrevistados

Questionamento 1	Você já ouviu falar na Lei 10.639/03? Sabe do que se trata?
Questionamento 2	Você já ouviu falar sobre a história da África? Se sim, o que especificamente?
Questionamento 3	Durante sua formação inicial você estudou algo sobre relações étnico-raciais/história da cultura africana ou afro-brasileira?
Questionamento 4	Você acredita que na sua área de atuação, pode ser trabalhada na perspectiva das relações étnico-raciais? Caso positivo de que maneiras?
Questionamento 5	Como está sendo trabalhada a Lei nº 10.639/2003 na sua escola?

Questionamento 6	Você já presenciou casos de discriminação ou racismo durante suas aulas? O que você faz nesses casos?
Questionamento 7	Quais suas principais dificuldades para se trabalhar as relações étnico-raciais com seus alunos?

3- Resultados e discussão

O diálogo com os professores possibilitou revelar suas concepções sobre o tema tratado e ao analisarmos as respostas que foram obtidas através da entrevista com os três professores, quando inquirimos sobre a temática do **questionamento 1** obteve-se, as seguintes respostas:

“Sinceramente... bem parcialmente, sei que tem a ver com os estudos do continente Africano e sua história” (PC, 2018).

“Não sei precisamente do que se trata, apenas que aborda os conhecimentos africanos nas disciplinas escolares” (PM, 2018).

“Recentemente tenho escutado principalmente nas redes sociais, mas na escola nunca tinha ouvido falar não” (PP, 2018).

Esses dados vão de encontro com as ideias de Olivar (2009) ao enfatizar que os professores da educação básica têm total desconhecimento sobre a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003, alegando que esse desconhecer pode colaborar em uma divulgação do currículo baseado apenas nos conhecimentos oriundos do continente europeu e para perpetuar os casos de racismo e discriminação que existem nas salas de aula. Assim, apesar desse dado ser obtido por apenas três professores, torna-se preocupante, pois traz que mesmo depois de quinze anos da aprovação da Lei nº 10.639/2003, o desconhecimento desta, não é incomum por parte dos docentes da educação básica.

No **questionamento 2**, ao serem indagados sobre o conhecimento da história da África, observou-se:

“Mais ou menos. As religiões, os dialetos, culturas e etc.” (PC, 2018).

“ Sim. Já cheguei até ler brevemente alguns documentos sobre isso, lembro que a história da África na realidade não é bem como escutamos por aí e também quando nós estudávamos no ensino básico” (PM, 2018).

“ Não. Nunca cheguei a ler algo a respeito, mas sei que é essencial saber, porque faz parte do Brasil ” (PP, 2018).

Nota-se nas respostas dos entrevistados que todos ainda possuem visões simplistas e abstratas sobre a história da África, mas como alega Silva (2007), os conhecimentos sobre a temática das relações étnico-raciais não ficam restritos especialmente as religiões, cultura e a fome, como se a narrativa deste continente não fosse rica, recheados de conhecimentos a serem compreendidos pelos setores educacionais. Pelo contrário, o Continente Africano, é composto de abundantes saberes e conhecimentos que devem fazer parte do cotidiano das salas de aulas, a medida que a temática pode e deve ser trabalhada em todo o currículo escolar e em nas diversas áreas que os cerca.

Sobre o **questionamento 3** (durante sua formação inicial você estudou algo sobre relações étnico-raciais/história da cultura africana ou afro-brasileira?):

“Não. Não tive nenhuma disciplina que abordava essa temática” (PC, 2018).

“Não. Não estudei sobre a temática na graduação e nenhum professor do meu curso tinha experiência sobre relações étnico-raciais” (PM, 2018).

“Não. Nunca cheguei a ter alguma disciplina sobre, os professores também não relacionavam suas aulas, com esta temática” (PP, 2018).

Munanga (2004) e Gomes (2011) já afirmavam que o curso de formação inicial para professores não enfatiza nas suas grades curriculares, a temática das relações étnico-raciais, para ele é necessária uma reformulação nesses cursos de formação, oportunizando ainda a formação continuada para esses profissionais, para assim poder oportunizar a eles, um conhecimento mais abrangente e não abstrato sobre a história da cultura africana e afro-brasileira. Coelho e Soares (2015) ainda reafirmam que é fundamental, as formações continuadas abranger cada vez mais professores (mesmo percebendo as ascensões de ofertas) por que é notório que a temática é urgente e primordial na formação de alunos antirracista e cidadão, para agir positivamente na sociedade brasileira.

Ao serem questionados sobre a possibilidade de uma relação sobre a temática com sua área de atuação docente (**questionamento 4**):

“Sim. Mas como tenho pouco conhecimento sobre, não consigo notar como fazer essa conexão” (PC, 2018).

“Sim. Mas não me sinto preparado para fazer essas abordagens com essas duas áreas” (PM, 2018).

“Sim. Tem possibilidades, mas não consigo perceber como trabalhar essa temática com alunos da educação infantil” (PP, 2018).

Coelho (2007) e Gomes et al (2006) expõem que há possibilidades sim de se trabalhar com a temática, relacionando-o com as áreas de conhecimento. Comumente acredita-se que tal conexão é somente necessário e preciso nas disciplinas de História, Artes e Literatura, mas os autores esclarecem que devem ser trabalhadas em todas as disciplinas do currículo escolar, à medida que na sala de aula, é notório o universo diverso dos alunos.

No que se refere, como é trabalhada a Lei nº 10.639/2003 (**pergunta 5**) na escola na qual faz parte, obteve-se:

“Não existe trabalho sobre lei. Nem diálogos entre diretores e professores e entre professor/professor” (PC, 2018).

“Não é trabalhada. Na minha escola nem sequer existe projeto na qual se dei ênfase a questão da diversidade” (PM, 2018).

“Na escola na qual trabalho hoje, apenas é trabalhada a temática no dia 20 de novembro, dia da consciência negra” (PP, 2018).

De acordo com esse resultado, Coelho (2007) enfatiza que geralmente a temática das Relações Raciais quando se é trabalhada nas Escolas, não problematiza a questão étnico-racial e destina-se apenas para o cumprimento do calendário de comemorações referente ao dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. Contudo, para a autora a abordagem da temática de forma pontual, torna-se insuficiente para despertar maior amplitude a respeito do assunto, é preciso que as Instituições incorporem de forma contínua, durante o período letivo, projetos, diálogos e debates sobre essa legislação.

Na **pergunta 6**, onde a temática tratada são os casos de discriminação ou racismo durante suas aulas, os relatos dos professores foram:

“Sim. Já aconteceu vários casos de colegas julgar o outro pela cor da sua pele. Geralmente chamo a atenção do aluno” (PC, 2018).

“Claro, acredito que não normais esses preconceitos, principalmente com a cor da pele” (PM, 2018).

“Sim, bem... geralmente paraliso a aula naquele instante para conversar com a turma, meu objetivo é levar a turma a reconhecer que todos somos iguais, independentemente da cor da pele” (PP, 2018).

Analisando esse resultado, lembro de Paula e Guimarães (2014), ao relacionar que muitos docentes apresentam certo receio de intervir quando presenciarem casos de racismo ou discriminação em sala. Muitos (assim como no resultado) tem medo de “piorar a situação”, mas existe elementos na qual o professor possa utilizar ao seu favor para se trabalhar questionamentos como este. Exemplos - *formar uma roda de conversa dialogando com turma sobre*

igualdade e respeito a diversidade; músicas na qual enfatiza a importância do negro; poesias, narrativas e dentre outros.

Já na **indagação 7** (quais suas principais dificuldades para se trabalhar as relações étnico-raciais com seus alunos), registrou-se:

“Todas. Não sei basicamente por onde começar” (PC, 2018).

“Eu como professor apresento várias dificuldades para se trabalhar isso com meus alunos, ainda mais que estou acostumado com cálculos” (PM, 2018).

“Como devo mediar essa temática tão importante, como alunos do Ensino Fundamental I ? Não sei como iniciar esse processo com ele” (PP, 2018).

Silva (2007) e Munanga (2004) atribuem que dificuldades sempre existirão, mas, cabem também ao professor pesquisar, buscar, instrumentos que facilitem trabalhos voltados para essa discussão. Ficar à espera talvez de uma formação ou um curso, pode ainda não trazer um resultado esperado pelo professor ou pela Instituição, assim, ir em busca desse conhecimento, sem dúvida vai possibilitar que este docente crie um espaço de mediação com seus alunos.

BREVES CONCLUSÕES

A partir dos dados obtidos constatou-se que os professores investigados têm total desconhecimento sobre a Lei nº 10.639/2003, alegando que não foram preparados durante a formação inicial e que mesmo assim, não recebeu nem formação continuada na qual abrange a temática das relações étnico-raciais.

Com a pesquisa, percebeu-se que os docentes ainda possuem visões simplistas e abstratas sobre a história da África, cultura, tribos e fome são os aspectos mais importante na qual eles exemplificam na entrevista.

Verificou-se com o estudo também, a necessidade de reformulação nos cursos de formação inicial, oportunizando ainda a formação continuada para os profissionais da educação básica, ou seja, deve se valorizar de modo geral a vivência dessa temática pelos docentes, pois assim, aproxima-os da história e cultura brasileira e africana.

Com esta investigação, fica mais notório que as temáticas da História e Cultura Afro-brasileira e Africana devem ser trabalhadas e discutidas pelos diretores, professores e alunos de forma contínua e não de forma pontual, como geralmente ocorre apenas no dia 20 de novembro, além de criações de projeto em Escolas, que trabalhem com alunos, justamente com esse enfoque.

Assim, esta pesquisa evidencia-se a importância que a temática traz para o âmbito escolar e o seu papel com o intuito de iniciar e aprofundar diálogos e debates dentro das salas de aulas.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.
- COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professoras no estado do Pará. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenilda Brito. A implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e o impacto na formação de professores: inflexão inicial. In: MULER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BARBOSA, Paulo Antônio Barbosa (Org). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.) **Multiculturalismo: diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GOMES, Nilma Lino et al. **Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2004.
- OLIVAR, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**, São Paulo, 28 (2): 2009.
- PAULA, Benjamin Xavier de; GUIMARÃES, Selva. 10 anos da Lei Federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014.
- SILVA, Iraneide Soares da. As inquietações no currículo educacional a partir da Lei 10.639/03. **Padê**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 33-51, jul./dez. 2007.